

20/10/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 100.004 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA.	: MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S)	: VALDEMAR PEREIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PENAL. *HABEAS CORPUS*. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DÉBITO QUE SUPERA O VALOR FIXADO NO ART. 1º, I, DA LEI 9.441/97. ORDEM DENEGADA.

1. A impetrante pretende a aplicação do princípio da insignificância alegando que a quantia não repassada à Previdência Social pelo paciente é inferior ao valor mínimo fixado na Portaria MPAS 4.943/99, para o ajuizamento de ação de execução.

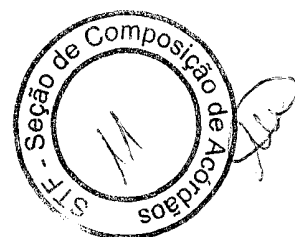
2. O art. 4º da Portaria MPAS 4.943/99 determina somente o não-ajuizamento da execução, quando o débito inscrito como Dívida Ativa do INSS for igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (valor modificado pela Portaria MPAS 1.105/02), sem, entretanto, que haja extinção do crédito.

3. Não se pode invocar tal dispositivo legal para fazer incidir o princípio da insignificância, visto que, nesses casos, não há extinção do crédito tributário, mas mera autorização para o não-ajuizamento de execução, que, no entanto, poderá ser ajuizada, quando o valor do débito ultrapassar o limite indicado.

4. A extinção do crédito fiscal está prevista no art. 1º, I, da Lei 9.441/97 e atinge, apenas, os débitos inscritos em Dívida Ativa que não ultrapassarem o montante de R\$ 1.000,00 (mil reais).

5. Foi apurado pelo INSS um crédito previdenciário no valor total de R\$ 13.884,71 (treze mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos), decorrente do não-recolhimento de contribuições pelo paciente.

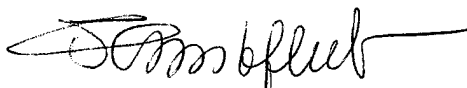
6. *Habeas corpus* denegado.



HC 100.004 / RS**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 20 de outubro de 2009.



Ellen Gracie - Presidente e Relatora

20/10/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 100.004 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S) : VALDEMAR PEREIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão colegiada do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial 1.017.441/RS, que ficou assim ementada (fl. 77):

“PENAL E PROCESSUAL PENAL.
RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO
INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS. LEI Nº 9.441/97. PORTARIA
Nº 1.105/2002 DO MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA
INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE.
PATAMAR ESTABELECIDO PARA O
AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DA
DÍVIDA ATIVA.

I - A Portaria nº 1.105/2002 do MPAS apenas alterou o patamar anteriormente previsto na Portaria nº 4.910/99 para o ajuizamento da ação de execução ou arquivamento sem baixa das já ajuizadas, não ocorrendo, pois, tal como na Lei nº 9.441/97, a extinção do crédito, daí não se poder invocar tais dispositivos normativos para regular o valor do débito caracterizador do crime de bagatela.

II - Verificando-se que a importância que deixou de ser recolhida aos cofres do INSS é superior ao patamar estabelecido no dispositivo legal que determina a extinção dos créditos oriundos de contribuições sociais (art. 1º, inciso I,

HC 100.004 / RS

da Lei nº 9.441/97), deve ser afastada a aplicação do princípio da insignificância. Recurso provido.”

Narra a inicial que o paciente foi condenado como incurso no art. 168-A, § 1º, do Código Penal, pelo não-recolhimento do valor de R\$ 2.288,81. (fl. 07).

Informa que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao julgar recurso interposto pela defesa, absolveu o paciente, por força do princípio da insignificância, *“tendo por supedâneo o valor de R\$ 5.000,00 fixado na Portaria MPAS nº 4.943 de 4 de janeiro de 1999, com redação dada pela Portaria MPAS nº 1.013 de 30 de julho de 2003”* (fl. 07).

Dessa decisão, o Ministério Público Federal interpôs recurso especial, que foi provido pelo Superior Tribunal de Justiça para afastar a aplicação do princípio da insignificância.

A impetrante alega em síntese que, considerando que o valor dos tributos não repassados ao INSS é inferior a R\$ 5.000,00, deve ser aplicado o princípio da insignificância, já que *“o bem jurídico penalmente protegido não foi afetado relevantemente”*. (fl. 08)

Requer, ao final, a concessão da ordem para cassar o acórdão do STJ, restabelecendo a decisão do TRF da 4ª Região (fl. 10).

2. Parecer da Procuradoria-Geral da República opinando pela denegação da ordem (fls. 88-94).

É o relatório.



HC 100.004 / RS

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): 1. A questão de direito tratada neste *writ*, consoante a tese exposta pela impetrante na petição inicial, é a suposta atipicidade da conduta realizada pelo paciente com base na teoria da insignificância, por falta de lesividade ou ofensividade ao bem jurídico tutelado na norma penal.

2. A impetrante pretende a aplicação do princípio da insignificância alegando que a quantia não repassada à Previdência Social pelo paciente é inferior ao valor mínimo fixado na Portaria MPAS 4.943/99, para o ajuizamento de ação de execução.

3. A redação anterior do art. 4º da Portaria MPAS 4.943/99 previa que a dívida ativa do INSS de valor até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) não seria ajuizada, exceto quando, em face do devedor, existirem outras dívidas que somadas superem esse montante.

Esse dispositivo foi alterado pela Portaria MPAS 1.105/02, passando a ter a seguinte redação:

“Art.4º A Dívida Ativa do INSS de valor até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerada por CGC/CNPJ, não será ajuizada, exceto quando, em face do mesmo devedor, existirem outras dívidas, caso em que estas serão agrupadas para fins de ajuizamento.”

De outro lado, o art. 1º, I, da Lei 9.441/97 determina a extinção do crédito do INSS, cujo valor total das inscrições em Dívida Ativa, relativamente a um mesmo devedor, seja igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

Transcrevo, por oportuno, o seguinte trecho do voto condutor do acórdão impugnado, da lavra do eminente Ministro Felix Fischer (fl. 81):

“Dessarte, confrontando os dois dispositivos conclui-se facilmente que enquanto a

HC 100.004 / RS

Lei nº 9.441/97 determina a extinção do crédito previdenciário igual ou inferior à R\$1.000,00 (mil reais), a Portaria nº 4.943/99 apenas prevê o não ajuizamento da ação de execução ou o arquivamento sem baixa das já ajuizadas até que o valor sonegado alcance o limite nela previsto (R\$5.000,00), não ocorrendo, pois, a extinção do crédito, daí não se poder invocar tal dispositivo normativo para regular o valor do débito caracterizador do crime de bagatela. Com efeito, tal dispositivo apenas reza que fica postergado o ajuizamento da ação com vista a cobrança da dívida ativa enquanto o montante não alcançar o valores ali previsto, o que não se confunde com a extinção do crédito tributário previsto na Lei nº 9.441/97.”

O art. 4º da Portaria MPAS 4.943/99 determina somente o não-ajuizamento da execução, quando o débito inscrito como Dívida Ativa do INSS for igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (valor modificado pela Portaria MPAS 1.105/02), sem, entretanto, que haja extinção do crédito.

Não se pode invocar tal dispositivo legal para fazer incidir o princípio da insignificância, visto que, nesses casos, não há extinção do crédito tributário, mas mera autorização para o não-ajuizamento de execução, que, no entanto, poderá ser ajuizada, quando o valor do débito ultrapassar o limite indicado.

A extinção do crédito fiscal está prevista no art. 1º, I, da Lei 9.441/97 e atinge, apenas, os débitos inscritos em Dívida Ativa que não ultrapassem o montante de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Adotar raciocínio diverso significaria, inclusive, negar vigência ao art. 168-A, § 3º, II, do Código Penal, que assim dispõe:

"Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional:

HC 100.004 / RS

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

(...)

§ 3º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:

(...)

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.”

4. Entretanto, ainda que se admitisse a incidência do princípio da insignificância para as hipóteses de débitos previdenciários iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), isso não se aplicaria ao caso em tela.

Com efeito, de acordo com o que consta dos autos, foi apurado pelo INSS um crédito previdenciário no valor total de R\$ 13.884,71 (treze mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos), decorrente do não-recolhimento de contribuições pelo paciente (fls. 15-20).

Portanto, ao contrário do que afirma a impetrante, o valor total das contribuições não repassadas à Autarquia Previdenciária pelo paciente não foi de “*ínfimos R\$ 2.288,81 (dois mil duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos)*”, mas bem superior ao limite fixado na Portaria MPAS 4.943/99.

Assim, mesmo adotando a tese defendida pela impetrante, não há falar em aplicação do princípio da insignificância na presente hipótese.

5. Ante o exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus*.

É como voto.



20/10/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 100.004 RIO GRANDE DO SULVOTO


O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Senhora Presidente, vou acompanhá-la com uma breve observação.

Gostaria de afirmar que a aplicação do princípio da insignificância não resulta de uma operação aritmética simplesmente. Afirmei, nos HC 96.496 e 91.756, que a aplicação do princípio deve ser sempre criteriosa e casuística. Quer dizer, o Direito Penal não deve ser acionado, considerada a chamada intervenção mínima do Estado, para reprimir condutas que não causem lesões significativas aos bens juridicamente tutelados. Mas aqui há bem juridicamente tutelado sim.

Algumas vezes recorri ao que São Tomás de Aquino diz, na Suma Teológica, a respeito da **oculta compensatio**. E tenho afirmado sempre que o princípio da insignificância é o último instrumento de defesa das classes subalternas, dos humildes. Exatamente os que têm os seus direitos aqui violentados por quem desconta do salário ou do vencimento, e não recolhe. Uma maneira de acumular capital --- diria --- à desabrida.

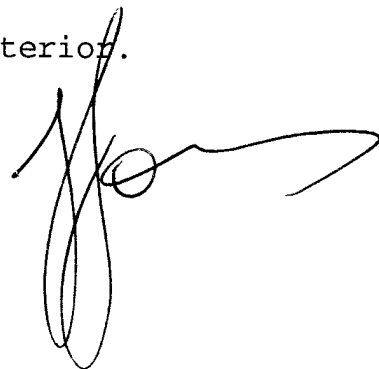
Entendo que só se chega à atipicidade da conduta em determinadas hipóteses. Ou seja, é necessário pesar, sopesar cada situação, verificar qual o bem jurídico protegido, sob pena de nos transformamos em uma máquina de calcular: números, datas, valores.

Nessa hipótese, nego a ordem.



20/10/2009**SEGUNDA TURMA****HABEAS CORPUS 100.004 RIO GRANDE DO SUL****V O T O**

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Senhora Presidente, não obstante o precedente da minha relatoria, também vou acompanhar, tendo em vista sobretudo o fato de que o caso de sonegação previdenciária é regido por outra norma, não aquela que se aplica ao caso, que regia o precedente anterior.



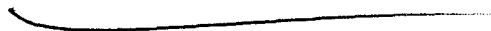
20/10/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 100.004 RIO GRANDE DO SULV O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Senhora Presidente, peço vênia a todos os eminentes Juízes desta colenda Turma, inclusive a Vossa Excelência, para conceder a ordem de "habeas corpus", apoiando-me, para tanto, nos próprios fundamentos que deram suporte à decisão, que, emanada do E. TRF/4ª Região (Apelação Criminal nº 2003.71.01.001476-1/RS), veio a ser reformada, em sede recursal (REsp nº 1.017.441/RS), pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

É o meu voto.



SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 100.004**

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S): VALDEMAR PEREIRA DOS SANTOS

IMPTE.(S): DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, vencido o Senhor Ministro Celso de Mello, indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Falou, pelo paciente, o Dr. Eduardo Flores Vieira e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Wagner Gonçalves. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Cezar Peluso.
2ª Turma, 20.10.2009.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Cezar Peluso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador